



CONSERVADORISMO, NEOLIBERALISMO E POLÍTICAS SOCIAIS NA CONTEMPORANEIDADE LATINO-AMERICANA

Conservatism, neoliberalism and social policies in contemporary Latin America

Rejane Carolina Hoeverler*

 <https://orcid.org/0000-0003-4299-5483>

João Victor de Oliveira Cardoso**

 <https://orcid.org/0000-0001-8890-3199>

RESUMO

Buscamos investigar o caráter e sentido da simbiose política, ideológica e cultural entre movimentos conservadores e neoliberais na América Latina nos últimos 15 anos, identificando os impactos desse enlace no quadro das políticas sociais. Apontamos que se, por um lado, o conservadorismo ganhou contornos mais radicais e estabeleceu enraizamento social devido a um panorama de devastação social, também aderiu ao programa neoliberal, enquanto as direitas liberais tradicionais se aproximaram das pautas conservadoras visando seu caudal eleitoral. Para as políticas sociais, as consequências são múltiplas: da conservadorização das políticas sociais através do familismo ao reforço do desmantelamento de projetos de assistência social universal.

PALAVRAS-CHAVE

Conservadorismo. Neoliberalismo. Política social. Familismo

ABSTRACT

Our goal is to study the features and meaning of the political, ideological, and cultural symbiosis between conservative and neoliberal movements in Latin America in the last 15 years, identifying the consequences of this link regarding social policies. We point out that while conservatism became more radical and established social roots due to an agenda based on social desolation, it also adhered to the neoliberal agenda, with the age-old

* Historiadora. Doutora em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF, Niterói, Brasil). Professora substituta da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ, Rio de Janeiro, Brasil). E-mail: rejanecarol@gmail.com

** Graduando em Serviço Social na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ, Rio de Janeiro, Brasil). Bolsista PAEALIG. E-mail: joaotrab@outlook.com.

DOI 10.22422/temporalis.2022v22n43p34-52



© A(s) Autora(s)/O(s) Autor(es). 2022 **Acesso Aberto** Esta obra está licenciada sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR), que permite copiar e redistribuir o material em qualquer suporte ou formato, bem como adaptar, transformar e criar a partir deste material para qualquer fim, mesmo que comercial. O licenciante não pode revogar estes direitos desde que você respeite os termos da licença.

liberal right-wing strengthening ties with conservative agendas aiming at their electoral flow. For social policies, the consequences vary from the escalation of conservative social policies through familism to the reinforcement of the dismantling of universal social assistance projects.

KEYWORDS

Conservatism. Neoliberalism. Social policy. Familism

Introdução

Aproximadamente nos últimos treze ou quinze anos, na América Latina, a ascensão de movimentos conservadores e a ocorrência de golpes de Estado como aquele desfechado em 2012 no Paraguai, em 2009 em Honduras, e em 2016 no Brasil, abalou profundamente o cenário político, a correlação de forças sociais e políticas em cada país individualmente e em todo o continente latino-americano; por conseguinte, essa mudança de rota abalou de conjunto as políticas sociais na América Latina e o próprio Serviço Social.

Mais recentemente, episódios como a reversão do golpe na Bolívia em 2019, as vitórias (ainda que parciais) do movimento indígena no Equador, no mesmo ano, as greves e lutas radicais da Colômbia e o *estallido* social chileno, que começa em 2019 e deságua em uma Constituinte e finalmente na eleição de Gabriel Boric, representaram, quiçá, uma resposta à fusão neoliberal-conservadora, cuja raiz histórica comum parece ser fundamentalmente o golpismo, aberto ou velado.

Assistimos essencialmente a uma união de um pensamento político conservador no plano dos direitos individuais, costumes e cultura, e ultraliberal no plano das políticas econômicas e sociais, em uma espécie de sincretismo teórico-ideológico sistematizado no lema da Cúpula Conservadora das Américas, realizada em dezembro de 2018, em Foz do Iguaçu: “Liberal na economia, conservadora nos costumes”¹.

Nota-se que esse amálgama passou a ganhar espaço em uma conjuntura marcada por severas crises cíclicas do capitalismo, com consequências ainda mais nefastas para os países periféricos do sistema capitalista mundial. Em um continente marcado por brutais ditaduras militares, onde a democracia nunca foi o regime de dominação que prevaleceu historicamente, essas condições se somaram para possibilitar a emergência de posicionamentos neofascistas, ultra-autoritários e ao mesmo tempo entreguistas com relação à política externa.

Não é a primeira vez na História que essa associação se tornou explícita; apenas para mencionar um caso bastante relevante, foi no contexto de crise social, política e econômica dos anos 1970 e 1980 que o chamado “fusionismo” teve lugar nos Estados Unidos, com a união da direita cristã com os apóstolos do neoliberalismo (POGGI, 2015).

¹ Sobre o mencionado evento, ver HOEVELER, 2020.

Neste artigo, pretendemos refletir especificamente sobre como o fusionismo conservador-neoliberal que aqui se desenrolou afetou o quadro das políticas sociais na América Latina, sem perder de vista a origem conservadora, a história e contradições do próprio Serviço Social.

Desse modo, procuramos estabelecer alguns contornos ideológicos das “novas” ou “novíssimas” direitas no mundo, identificando suas matrizes intelectuais centrais e seus mecanismos de difusão, como os aparelhos privados de hegemonia de financiamento empresarial.

Analisar os impactos orgânicos e moleculares nas políticas sociais tanto da chegada ao poder de governos pautados por essa agenda, como, em países onde isso não ocorreu, avaliar o quanto o crescimento do conservadorismo influenciou para brevar processos de mudança progressista que ocorreram na primeira década do século. Apontar perspectivas de transcendência deste ciclo autoritário, contribuindo para construir uma nova capacidade de resistência e atuação crítica dos profissionais do Serviço Social.

América Latina: do pálido progressismo ao golpismo permanente

A partir do ano 2000, chegaram ao poder na América Latina governos de orientação progressista e de esquerda, em maior ou menor grau. Em sua maioria, não foram governos que operaram rupturas profundas com o neoliberalismo: ao contrário, no mais das vezes, como no caso de Lula da Silva no Brasil e Néstor Kirchner na Argentina, deram seguimento, em linhas gerais, à maioria das determinações dos grandes credores e investidores internacionais, tendo sua política social sido em grande medida, principalmente no caso de Lula, moldada por intelectuais do Banco Mundial e agências correlatas (PEIXOTO, 2014).

A focalização, a priorização de transferência de renda e a adesão à ideia de fim dos direitos sociais foram as três marcas centrais do quadro das políticas sociais nesse período, dentro do qual, contudo, vivia-se um ciclo econômico internacional favorável. Houve uma significativa ampliação do acesso ao mundo do consumo via crédito; ampliação de geração de postos de trabalho, ainda que precarizados; e uma melhoria nada desprezível das condições de vida de setores mais pauperizados da classe trabalhadora, em grande parte através de um leque de políticas sociais.

Na Venezuela e na Bolívia, os processos sociais foram mais radicalizados, levando a que os governos de Hugo Chávez e Evo Morales entrassem em maiores atritos com os Estados Unidos, e também desenvolvessem políticas sociais mais ousadas e arrojadas, na maior parte das vezes desenhadas e monitoradas pelos próprios movimentos sociais. Inaugurava-se uma nova fase da integração latino-americana, com iniciativas como a UNASUL, pautada pela defesa de maior autonomia econômica e política para o subcontinente. A foto dos presidentes Lula, Kirchner, Bachelet, Evo e Chávez juntos foi a imagem mais marcante desse bloco histórico.

A moderação do conjunto desses governos, em especial na Argentina, Brasil e Chile, contrasta flagrantemente com o radicalismo da direita que veio a substituir esses governos, o que nos impede de cair na equivocada leitura de uma “polarização”: se há polarização, ela não estabelece dois polos equidistantes, um polo bem mais próximo ao centro, na defesa das instituições da democracia burguesa, por exemplo, e um polo cuja intencionalidade golpista é explícita.

A vitória de Sebastián Piñera no Chile e de Mauricio Macri na Argentina representou uma sobrevida de uma governabilidade neoliberal “clássica”: dois presidentes-empresários, operando a frio um retorno à ortodoxia da agenda fiscalista, nada muito diferente do já conhecido. Contudo, a austeridade se aprofunda e se torna o eixo articulador da economia nacional, com a vulnerabilidade externa desses dois países aumentando exponencialmente. Em 2019, o descontentamento social gerado com esse modelo se transforma, na Argentina, na votação massiva na chapa que tinha Cristina Fernández como vice nas eleições nacionais; e no Chile, explode um *estallido* social sem precedentes em outubro de 2019.

No Brasil, o golpe jurídico/parlamentar/midiático que destituiu a presidente Dilma Rousseff (PT) em agosto de 2016 é a culminação de um processo de mobilização das direitas que se havia iniciado em março de 2015, com o retorno das direitas às ruas e farta campanha empresarial embalada pela Operação Lava-Jato, conduzida por Sérgio Moro, quem afinal seria o responsável pela prisão e consequente interdição à candidatura de Lula nas eleições de 2018.

Como sabemos hoje, o juiz de primeira instância seria ministro da Justiça do candidato opositor, e depois sairia do governo acusando-o de interferir ilegalmente na Polícia Federal. Não estava inscrita no golpe de 2016 a ascensão de Bolsonaro; entretanto, a direita neoliberal tradicional perde a direção política, moral e intelectual do movimento que ela mesma iniciou, e ele se tornou, entre 2016 e 2018, a única figura capaz de canalizar o sentimento antipetista e unificar as direitas².

A postura geral das direitas neoliberais tradicionais foi a de sucumbir perante o radicalismo da extrema-direita, tornando-se atores coadjuvantes na política, incapazes de contrapor-se à fusão de sua agenda, o neoliberalismo, com um conservadorismo cada vez mais popular na região. O crescimento de denominações evangélicas calcadas na teologia da prosperidade e o crescimento de influência, dentro da Igreja Católica, de setores mais conservadores, formou um arco de alianças extremamente potente politicamente.

Vimos a formação, em vários países, de bancadas, maiores ou menores em número, mas sempre bastante estridentes, de bancadas parlamentares contrárias a qualquer tipo de política de combate à violência de gênero ou de promoção da equidade ou dos direitos reprodutivos. Movimentos como o *Con mis hijas no te metas*, que se definem como contrários

² Para uma cronologia da atuação empresarial em favor do golpe e das contrarreformas, ver HOEVELER, 2017

à propalada “ideologia de gênero” (termo criado no âmbito do Vaticano durante o Papado de Joseph Ratzinger) se acendem como lastros de pólvora, chegando a praticamente todas as capitais latino-americanas já em 2014-2015³.

Um novo “familismo”?

É por aqui, no ataque aos direitos conquistados pelas mulheres e pela população LGBTQIA+, que a nova ou novíssima direita recicla antigos conservadorismos e realiza a sua entrada política mais relevante, operando em dois níveis: na esfera da sociedade civil, por exemplo na disputa sobre diretrizes curriculares da educação infantil; e dentro da sociedade política, elaborando leis de censura à liberdade de ensino ou criminalizando ainda mais a prática do aborto. O conservadorismo existiu desde pelo menos a primeira revolução burguesa, na Inglaterra no século XVIII; e em uma América Latina marcada pela ferida colonial catequizada, pela altíssima desigualdade social, e pelo autoritarismo histórico, ganha contornos específicos.

Uma característica, pelo menos, se faz comum: em um cenário de crise sistêmica, o conservadorismo se torna popular porque seu discurso articula-se com uma realidade íntima na qual o sujeito encontra-se socialmente dessolidarizado, desde que um dos mais perversos efeitos do neoliberalismo vem sendo o esmaecimento de praticamente todas as formas de laços coletivos de solidariedade na classe trabalhadora, como o sindicato e mesmo as áreas públicas de lazer em bairros populares.

A dessolidarização social traz consigo, inclusive, um forte revés na constituição de famílias que fogem ao modelo hetero-patriarcal. Assim, mesmo decisões judiciais em prol dos direitos dos gays, por exemplo, se enfrentam com forte oposição na sociedade. Se houvesse consulta popular sobre o tema do aborto no Brasil hoje, por exemplo, não é muito difícil de calcular que os resultados não seriam nada favoráveis aos defensores dos direitos reprodutivos das mulheres.

O chamado “familismo” prega políticas sociais atreladas a essa ideia conservadora de família, com o adicional de atribuir a ela a responsabilidade pela sobrevivência do indivíduo, com pouca ou nenhuma intervenção sistemática do Estado na assistência social; ou ainda com políticas públicas diretamente restauradoras de um *status quo ante*. Um exemplo disso é a eliminação da regra de propriedade dos imóveis do programa *Minha Casa, Minha Vida*: o poder retorna objetivamente aos homens, aprofundando a subalternização da mulher dentro da família (e, no fundo, colocando a mesma em risco).

Segundo a cientista política Rayani Mariano da Silva (2019), a família é o principal eixo de interseção entre o conservadorismo e o neoliberalismo, figurando como uma ponte entre a

³ Esse tipo de movimento tem como alvo os professores críticos, e atuam de forma semelhante ao MESP (Movimento Escola sem Partido) brasileiro.

teoria conservadora e a prática neoliberal, ou entre duas racionalidades, como veremos mais à frente. Embora o neoliberalismo proceda intelectualmente no registro do individualismo, em sua implementação a família é um âmbito fundamental da reprodução social capitalista, pois se o Estado e a coletividade social, de um modo ou de outro, não se incumbem de tarefas relacionadas à sobrevivência da classe trabalhadora (inclusive de sua parte em situação temporária ou crônica de desemprego ou inapta ao trabalho), a única “instituição” à qual o sujeito pode recorrer é a família, ou a Igreja.

Em ambos os casos qualquer alternativa mental de luta coletiva está descartada, sobreposta pela ideia de salvação pela meritocracia e a pregação da obediência. Nasce o “rebelde a favor” (DEMIER; HOEVELER, 2016), o apoio a soluções de força pelo alto, naquilo que alguns psicanalistas classificam como a busca pelo “Pai protetor” de Freud. A misoginia e a nostalgia de algum passado onde “os homens e as mulheres sabiam seus lugares” são elementos interligados e marcantes das novas direitas pelo mundo (STANLEY, 2018).

No Brasil, esse passado nostálgico é a ditadura militar de 1964, visceral ao bolsonarismo; no Chile, é o pinochetismo renitente (tão bem representado na candidatura de José Antonio Kast, nas eleições de 2021); e na Argentina, encontra-se tanto a nostalgia da ditadura militar de 1976 quanto do final do século XIX, considerado período áureo da “Argentina potência” como afirma o economista, político e *Youtuber* “anarcocapitalista” Javier Milei. Nesse sentido, embora a caracterização da nova direita e do bolsonarismo em particular seja complexa, concordamos com as proposições do historiador Demian Melo (2020) de que Bolsonaro representa um movimento neofascista.

Assim, o familismo se combina com o neoliberalismo de maneira objetiva (a ausência de seguridade social dentro da sociedade capitalista patriarcal tende a aumentar o peso das responsabilidades das mulheres) e também de maneira subjetiva, pois embora a defesa da “família” possa parecer uma antítese do individualismo exasperado do neoliberalismo, essa “família” é definida de acordo com o comportamento do membro da família, que está sempre sob avaliação de desempenho. Ou seja, há inúmeros limites na questão de o quanto a família será efetivamente contraditória com o individualismo, já que a “família” também está profundamente imersa nos valores e crenças dominantes de uma determinada época.

A difusão do ideário meritocrático e dos princípios neoliberais foi realizada e é constantemente reproduzida ideologicamente por meio de um conjunto extenso e multifacetado de aparelhos privados de hegemonia, dotados de forte financiamento empresarial e altamente internacionalizados. Somente a *Atlas Network* apoia (declaradamente) 52 fundações e *think tanks* na América Latina; a Red Liberal de América Latina (RELIAL) está em todos os países do continente; há o Inter-American Dialogue, de perfil mais conservador; entre outras redes que conectam as direitas a partir do que elas têm em

comum. Trata-se de um aparelho dotado de vasta estrutura material que não pode ser diminuída na compreensão das atuais modalidades de convencimento.

Conforme Virgínia Fontes (2010), o capital-imperialismo dissemina pelo mundo modelos de assistencialismo filantrópico voltados para o mercado, assegurando a mercadorização da assistência social e a eliminação dos direitos sociais. Atuando politicamente em frentes móveis de ação internacional, os intelectuais orgânicos do capital propriedade desenvolveram intrincadas redes de empresariamento da filantropia, reforçando modelos de gotejamento social no qual as desigualdades brutais causadas pelo capitalismo permaneceriam intactas.

É nesse ínterim que se impõe, na política social, o paradigma da eficiência, do gerencialismo, a preocupação quase exclusiva em relação à gestão, a partir da aceitação do fiscalismo como principal determinação econômica do Estado. Isso não significa a diminuição de gastos públicos, que aumentam em diversas áreas relacionadas à coerção estatal, como corpos policiais e equipamento militar. Quanto à política social, objetiva-se difundir a tese de que é possível minimizar os custos e maximizar os benefícios através de uma boa gestão, juntamente com a ideia de que o Estado é o pior gestor.

Apesar de uma relativa preservação do Serviço Único de Assistência Social (SUAS), por um lado, e a despeito do avanço da filantropização, em comparação com áreas como saúde e educação, que sofreram brutais ataques, a piora das condições de vida da população em geral é um dos fatores que mais impacta o exercício profissional no Serviço Social, com uma demanda crescente velozmente.

Analisando especificamente o caso do Brasil, temos observado atritos entre o paradigma empresarial da eficiência e o conservadorismo radical, expresso por exemplo no embate entre o ex-ministro Ricardo Vélez Rodríguez com Tábata Amaral, no caso da educação; já no caso da saúde, o negacionismo transformou-se em “negocionismo”, entretanto aquele que figurava como maior defensor do mercado da saúde, Henrique Mandetta, foi demitido do governo por excesso de racionalidade.

Na pauta da assistência social, já havia sido reformulada do ponto de vista institucional, com sua redução a uma secretaria no Ministério da Cidadania, liderado primeiro pelo deputado federal Osmar Terra, o deputado Onyx Lorenzoni (DEM) e atualmente sob comando do político pernambucano João Roma, do Republicanos.

Desse modo, podemos dizer que, com Bolsonaro, a assistência social brasileira, cada vez mais em risco, acabou ficando quase que inteiramente a cargo do “Arenão”, ao menos nominalmente, pois são múltiplos os determinantes políticos de como serão operadas as políticas sociais. O fato de que o programa “Criança Feliz”, sobre o qual veremos mais adiante, ter como embaixadora a primeira-dama Michelle Bolsonaro diz muito sobre o caráter ideológico involucrado na gestão de tal política.

Contudo, essa análise não teria sentido se não nos referirmos ao fato de que o próprio Serviço Social nasce de um bojo sabidamente conservador; a esta questão dedica-se o próximo item, no qual procuramos entender a historicidade do conservadorismo nessa área profissional e acadêmica, bem como suas novas roupagens na atualidade.

Conservadorismo e serviço social: a volta dos que não foram

Entender que o Serviço Social é uma profissão que tem sua origem vinculada ao pensamento conservador (ESCORSIM NETTO, 2011) é fundamental para compreensão de que o projeto profissional se conecta com um determinado projeto societário que, a partir das disputas de perspectivas, pode ser transformador ou conservador, sendo ineliminável a relação entre projeto societário e projeto profissional (TEIXEIRA; BRAZ, 2009). A opção de se vincular a uma outra ordem societária, diferente da qual vivemos, é explicitada no projeto ético-político da profissão apontando as direções que a prática profissional deve objetivar, ao mesmo tempo que se faz necessário refletir a atuação do(a) assistente social no cotidiano em um contexto de retiradas de direitos.

As três direções de renovação do Serviço Social provocadas pela erosão do Serviço Social tradicional em face da contribuição da autocracia burguesa aprofundada em 1964 (NETTO, 2005), vão explicar as alterações de perspectiva que a profissão passa. A primeira direção, a perspectiva modernizadora, seria um esforço no sentido de adequar o Serviço Social, enquanto instrumento de técnica social, a ser operacionalizado no marco de “estratégias de desenvolvimento capitalista” (NETTO, 2005, p. 154) — não promovendo uma contestação ou questionamento da ordem societária, e, sim, visando responder às demandas em sua forma aparente.

Ao adentrar as universidades, essa concepção de Serviço Social a partir de uma perspectiva neopositivista de ciências sociais se torna também um catalisador para o movimento de reconceituação. A segunda direção, a reatualização do conservadorismo, pode ser entendida como uma nova embalagem para velhos costumes, uma tentativa de estabelecer uma perspectiva neoconservadora no Serviço Social, inspirada na fenomenologia.

Trata-se de uma vertente que recupera os componentes mais estratificados da herança histórica e conservadora da profissão, nos domínios da (auto)representação e da prática, e os repõe sobre uma base teórico-metodológica que se reclama nova, repudiando simultaneamente, os padrões mais vinculados à tradição positivista e as referências conectadas ao pensamento crítico-dialético, de raiz marxiana (NETTO, 2005, p. 157).

Apesar da intenção de ruptura (a terceira direção) ter como direcionamento romper com o conservadorismo, é válido comentar que a aproximação da categoria com a tradição marxista se deu por interpretações equivocadas e com influências positivistas, através de um marxismo sem Marx (NETTO, 2005). Mas apesar disso, é essa direção que vai ser a base dos avanços mais

recentes da categoria. É no contexto das efervescências sociais e da redemocratização que, segundo a professora Maria Beatriz Costa Abramides:

[...] os assistentes sociais se reconheceram como trabalhadores, em sua condição de assalariamento, e se organizaram participando ativamente de mobilizações, paralisações e greves, além de contribuírem na organização dos trabalhadores em serviço público, os quais até 1988 não podiam, por força de lei, se organizar em sindicatos (ABRAMIDES, 2017, p. 183).

Esse ambiente de mobilização, segundo Abramides (2017), vai resultar na deliberação pela continuidade da participação do movimento sindical classista e na fundação da CUT, das pautas específicas dos trabalhadores do serviço público, a atuação junto a movimentos sociais, articulação com a ABEPSS e a rearticulação com o movimento estudantil. Todo esse processo vai confluir no momento conhecido como “Congresso da Virada”, o III CBAS, que destituiu a comissão de honra composta por militares e promove a integração de representantes dos movimentos sociais, sendo esse o episódio emblemático para virada da categoria a uma perspectiva crítica e um projeto de ruptura com o conservadorismo. O III CBAS reverbera seus impactos na luta pela redemocratização, pelas eleições diretas, pela sindicalização e organização profissional do Serviço Social, conforme explicam Ana Elisabete Mota e Mavi Rodrigues:

Como já apontado, a virada se deu a par da atuação da vanguarda do Serviço Social engajada na luta sindical da categoria e sintonizada com o movimento de resistência à ditadura através da Associação Profissional de Assistentes Sociais (APAS) e da sua articulação nacional com a criação da Comissão Executiva Nacional de Entidades Sindicais de Assistentes Sociais (CENEAS). Esse esforço de sindicalização da categoria, ao aproximar a sua organização política da organização operária, tomou impulso com a fundação da Associação Nacional de Assistentes Sociais (ANAS). (MOTA; RODRIGUES, 2020, p. 201).

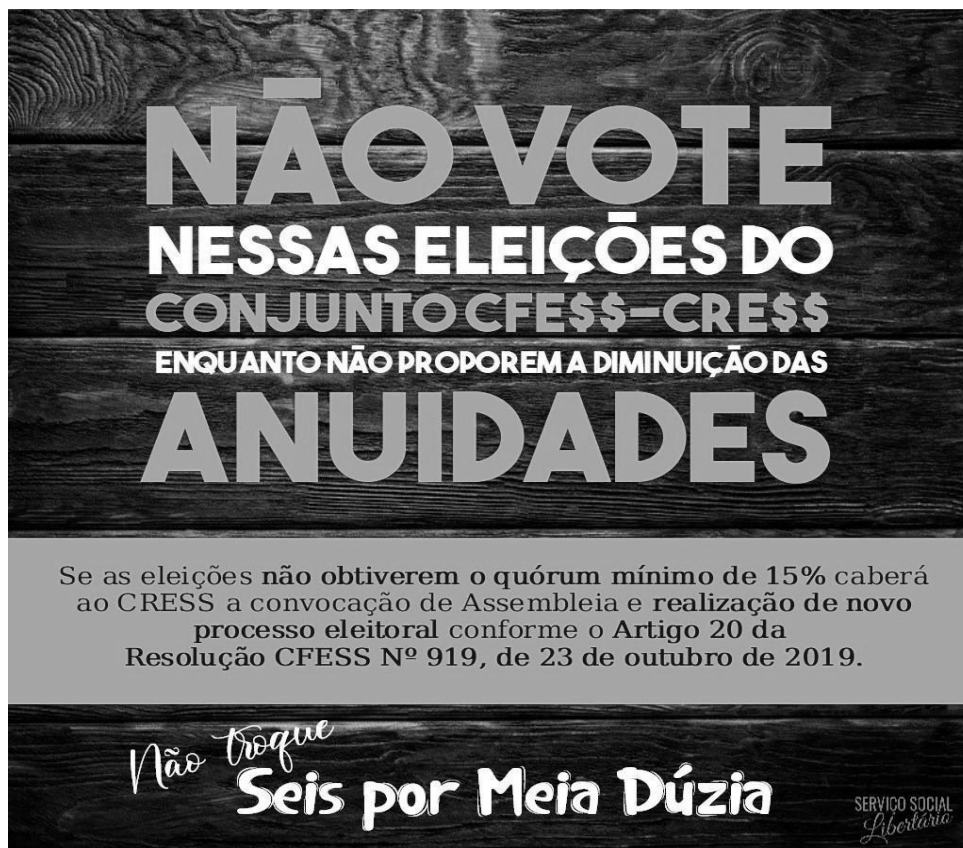
Apesar de os projetos profissionais apresentarem a autoimagem da profissão, contendo seus valores, objetivos, funções, normas, a consolidação do mesmo não exclui a existência de tensões, disputas, contradições e divergências dentro da categoria, sendo o pluralismo profissional uma realidade (NETTO, 2006).

Nesse sentido, é possível encontrar um movimento chamado “Serviço Social Libertário” que conta com aproximadamente seis mil seguidores em sua página na rede social Facebook e tem como conteúdo base a recusa de todos os avanços obtidos pelo conjunto dos Assistentes Sociais nos últimos 30 anos, que vai desde a recusa à inscrição nos CRESS até mesmo à extirpação da teoria marxista no Serviço Social.

É possível observar o levante de bandeiras liberais e conservadoras por parte desse movimento, que “propõe difundir as ideias liberais, a partir dos principais temas discutidos nas

áreas sociais, econômicas, políticas e culturais” (SERVIÇO SOCIAL LIBERTÁRIO, 2016) através do resgate de autores neoliberais clássicos como Friedrich von Hayek e Ludwig von Mises.

Figura 1: Propaganda anti-Cfess/Cress divulgada pela página do Facebook do Serviço Social Libertário em 14 de fevereiro de 2020.



Fonte: Serviço Social Libertário (2022).

O principal articulador desse movimento parece ser o professor doutor Edson Marques Oliveira, formado em Serviço Social, defensor do Coaching, do empreendedorismo social, especialista em “design de projeto social”, defensor dos cursos de Serviço Social a distância, no melhor modelo de responsabilização individual somada à autoajuda, e que escreveu para divulgação na página um texto extremamente criativo, para dizer o mínimo, chamado “23 teses para reformar o serviço social brasileiro”.

O pesquisador José Rodolfo Santos da Silveira (2019) fez um levantamento sobre as publicações dessa página, buscando conexões com aparelhos privados de hegemonia, observando alguns pontos: 1. O primeiro nome da página era “contrarrevolução comunista” (2016); alia-se ao Movimento Escola sem Partido (MESP); o autor mais citado é Ludwig von

Mises; propaganda da PEC 241 (que se tornou a EC nº 95); defesa da “Bela, recatada e do lar”; crítica à Lei Rouanet, símbolo de “comunismo” na cultura; defesa da reforma da previdência.

O pesquisador também levantou que a página republicava conteúdos de diferentes aparelhos privados de hegemonia da nova direita, como o Instituto Mises Brasil e o Instituto Liberal de São Paulo. Em relação à prática profissional no Serviço Social, defendem o “Serviço Social Clínico”, vedado em 2010 por uma resolução da CFESS (SILVEIRA, 2019).

Neoliberalismo, conservadorismo e a questão social: políticas em disputa

As políticas sociais têm suas características vinculadas ao contexto histórico e às condições sociopolíticas de determinado período, sendo assim, a concepção de corte keynesiano ou desenvolvimentista de um Estado atuante sobre as crises cíclicas do capitalismo, que ganha forças principalmente ao final da Segunda Guerra Mundial, contribui para determinada regulação econômica através do compromisso entre Estado, capital e classes sociais, visando ao crescimento econômico e à manutenção de determinados pactos político-sociais.

Essa associação entre capital, Estado e uma incorporação subalterna da classe trabalhadora através da promoção e ampliação de direitos, “pleno emprego”, criação de fundos públicos e sistemas de seguridade ajudaram a promover o momento conhecido como *Welfare State* na assim chamada “Era de Ouro” do capitalismo, período histórico marcado por uma tentativa de estabilização entre acumulação e democracia política, ainda que com enormes diferenças entre o centro e a periferia.

Esse bloco histórico, nos termos de Gramsci, combinação específica entre base e superestrutura (LIGUORI; VOZA, 2009), está associado também a um período de expansão capitalista, que junto do controle estatal — seja para evitar uma crise cíclica, seja para diminuir custos de produção, ou para impedir revoltas ou revoluções sociais (lembre-se que o Plano Marshall foi essencialmente um projeto de combate à expansão dos Partidos Comunistas na Europa Ocidental) — é constituído pela existência de um conjunto de políticas sociais variadas.

O Estado passa a cada vez mais se eximir de responsabilidade sobre a manutenção e reprodução da força de trabalho; e isso se expressa a partir das tendências que as políticas sociais neoliberais vão adquirir desde as décadas de 1980 e 1990 — em especial no Brasil, que não passou por um período de Estado de Bem-Estar Social e qualquer fragmento dessa experiência que pudesse se concretizar, pela mobilização de diversos trabalhadores somados às efervescências sociais no movimento de redemocratização balizados na Constituição Federal de 1988, foi duramente golpeada desde a versão aprovada, até mesmo pelos ataques e contrarreformas que se sucederam.

A novidade no período neoliberal é a apropriação do fundo público pelo capital financeiro sobre um contexto de crise permanente, conforme explicam Behring, Cislighi e Souza (2020):

O que é novo sob o neoliberalismo é a apropriação desses fundos pelo capital financeiro, que passa a ser hegemônico no período neoliberal do capitalismo. Isso ocorre de duas formas. O discurso da crise e do déficit da Previdência e a precarização das relações de trabalho que desvincula os trabalhadores dessa política, vêm desmoralizando a Previdência Social como política social justa e sustentável, o que estimula os trabalhadores a aderirem diretamente aos fundos de investimentos de alto risco, travestidos de “previdência privada” aberta, comprados diretamente de instituições financeiras. (BEHRING; CISLAGHI; SOUZA, 2020, p. 115).

As políticas sociais desde então têm apresentado um caráter de restrição, focalização e seletividade (BEHRING; BOSCHETTI, 2008), fazendo com que cada vez mais sejam mercantilizadas, ademais num contexto de retirada de direitos sociais e trabalhistas, nos marcos de uma estrutura tributária altamente regressiva de forma em que os mais pobres são os que pagam mais sobre o consumo.

Conforme explica Behring:

No entanto, há uma segunda fase, esta mais propositiva, com ênfase, no que diz respeito aos programas sociais, no trinômio articulado da focalização, privatização e descentralização. Assim, trata-se de desuniversalizar e assistencializar as ações, cortando os gastos sociais e contribuindo para o equilíbrio financeiro do setor público. Uma política social residual que soluciona apenas o que não pode ser enfrentado pela via do mercado, da comunidade e da família. (BEHRING, 2009, p. 11-12).

A partir de 2016, conforme aponta a literatura disponível sobre o tema, podemos observar nova inflexão com aprofundamento da lógica neoliberal nas políticas sociais no Brasil, com tons cada vez mais conservadores. Em artigo recente, a pesquisadora Jucimeri Isolda Silveira (2017) fez um levantamento das mudanças relativas ao SUAS. A autora destaca a Emenda Constitucional nº 95 e a implementação do programa Criança Feliz, criado em 2016 durante o governo Temer e continuado por Bolsonaro. Sobre os riscos que este programa traz à assistência social brasileira, a autora afirma categoricamente:

O Programa Criança Feliz ganhou maior centralidade e difusão nacional, e expressa um risco ao Suas, especialmente pelos seguintes aspectos: contratação de visitantes sociais de forma precarizada, mediante terceirização, com forte tendência de reprodução de conteúdo e práticas conservadoras, com efeitos moralizantes da questão social; [...] envolvimento de atores que reforçam a cultura tradicional ainda presente na política, especialmente das primeiras-damas que em geral assumem a condução do processo e do comitê de gestão, com evidente estrangimento à autonomia das instâncias do Suas; [...] arranjo institucional frágil, que pode trazer dificuldades quanto à fiscalização de órgãos de controle e à qualidade na sua execução; centralidade na primeira infância, desconsiderando outros públicos, vulnerabilidades, situações e ciclos”. (SILVEIRA, 2017, p. 501).

É importante destacar que as alterações nas configurações das políticas sociais, implicam também alterações que as expressões da “questão social” sofrem nos tempos atuais,

combinando desigualdades de raça, classe e gênero também a uma questão territorial, fruto da apropriação da riqueza produto do trabalho coletivo — reafirmando de certa forma o caráter fragmentado e a tendência à desuniversalização das políticas sociais. Conforme Iamamoto:

[...] múltiplas desigualdades mediadas por disparidades nas relações de gênero, características étnico-raciais, mobilidades espaciais, formações regionais e disputas ambientais, colocando em causa amplos segmentos da sociedade civil no acesso aos bens da civilização. Dispondo de uma dimensão estrutural – enraizada na produção social contraposta a apropriação privada do trabalho –, a ‘questão social’ atinge visceralmente a vida dos sujeitos numa luta aberta e surda pela cidadania, no embate pelo respeito aos direitos civis, sociais e políticos e aos direitos humanos. (IAMAMOTO, 2018 p.72).

A desuniversalização das políticas sociais encontra na “meritocracia”, por um lado, o discurso necessário para se sedimentar, na esfera mental individual/coletiva, e na responsabilização da família, por outro, o meio de concretizar-se como fenômeno social geral. Em suma, retomando o que escrevemos acima acerca do familismo, a defesa intransigente da família pelos conservadores se torna um discurso aceitável, assimilável e reproduzidor da perspectiva neoliberal.

As metades da laranja?

Ao analisar o que os conservadores clássicos têm como princípios, valores e práticas políticas, conseguiremos perceber diversos pontos em comum que vão unir, no discurso e na prática, liberais e conservadores ao longo dos séculos XIX e XX.

Segundo o pesquisador Jamerson Murillo Anunciação de Souza, o conservadorismo adquire variados aspectos e características particulares de acordo com a formação social em que emerge, tendo particularidades relativas aos marcos temporais e geográficos (SOUZA, 2016).

Em autores como Edmund Burke, considerado o pai do conservadorismo, é notável a naturalização da desigualdade, elemento que por motivos óbvios torna-se absolutamente funcional ao Estado burguês no neoliberalismo, inclusive no avanço da apropriação total do fundo público por parte do capital. Quanto à noção de desigualdade em Burke, o pesquisador Osmir Dombrowski pontua que:

[...] Burke não se acanhou em usar a aritmética da propriedade como argumento em defesa da desigualdade. Mesmo reconhecendo que todos os homens têm direito a “todas as vantagens” proporcionadas pela vida em sociedade, para ele, “[...] todos os homens têm direitos iguais, mas não às mesmas coisas”. (DOMBROWSKI, 2020, p. 225).

Ora, se todos têm direito a “todas as vantagens”, quais vantagens podem ou não ser

adquiridas pelas massas? Ao pontuar que os *direitos* são iguais, mas não as mesmas *coisas*, Burke acaba por explicitar um ideal de igualdade condicionado ao acesso de poucos, que curiosamente vai estar bastante presente em autores como Friedrich von Hayek, considerado um dos pais do pensamento neoliberal, e que, apesar de estabelecer esse princípio se atendo às “regras gerais”, também não vai explicar o processo que possibilita as pessoas não terem direito às mesmas coisas:

[...] os liberais, segundo Hayek (2006), não negam a existência de pessoas superiores, nem desconhecem a importância da atuação de elites em diferentes áreas da sociedade moderna, “porém acreditam que aquele que pretende ocupar uma posição superior deve demonstrar sua superioridade acatando as mesmas regras que os demais”. (DOMBROWSKI, 2020, p. 230).

Conforme Souza:

Burke insere uma ideia cara e central ao conservadorismo: aquela segundo a qual a política deve ser feita por proprietários, pois estes seriam sujeitos “naturalmente” propensos à preservação da ordem e à manutenção da sociedade vigente. Nesse sentido, Burke funda uma matriz de pensamento que se tornará ampla e multifacetária com o passar do tempo, mas articulada em seus fundamentos ao conjunto de proposições e análises expostos nas reflexões. Mais tarde, a partir de 1848, o pensamento liberal constituirá um dos pilares de sustentação do conservadorismo, significando uma mudança importante no seu eixo. Isto é, de pensamento antiburguês, passa a se constituir como mais uma ideologia conservadora típica da sociedade capitalista. (SOUZA, 2016, p. 375).

As “regras gerais” colocadas por Hayek (2006) podem ser entendidas como as leis que regulam a vida em sociedade, mas não há falta de exemplos em que a lei é transgredida a depender do lugar, classe, cor e gênero do sujeito social em questão, tratando-se apenas de uma formalidade que adquire um caráter seletivo.

Desse modo, essas mesmas “regras gerais” de funcionamento da sociedade em Hayek servem, na prática, para criminalizar os subalternos, essa mesma classe pauperizada que não vai acessar “todas as vantagens” e tão pouco “as mesmas coisas”, funcionando como um mecanismo de controle (societário e estatal) e instituindo um paradoxo de uma igualdade desigual. Se analisarmos mais cuidadosamente, perceberemos que a resposta do Estado às demandas da população não tem sido apenas pela gestão do “mínimo”, mas também através da coerção e da repressão, de modo a escancarar que a posição superior ocupada pelas elites políticas e econômicas não implica em “acatar as mesmas regras que os demais”, conforme a posição de Hayek.

Segundo Hayek (2006), o “verdadeiro individualismo” é produto de uma combinação cega de ações individuais, gerando uma “ordem espontânea” a qual deve ser ativamente protegida e zelada. Trata-se, conforme Prado (2009), de um antropologismo negativo (o homem é

intrinsecamente egoísta):

Se Hayek não pode mais lamentar o advento da autoconsciência antropológica, pode pelo menos recomendar humildade aos homens modernos – mas não a franciscana, obviamente. Eis que estes não apenas não fazem história sem os constrangimentos da **tradição**, mas não podem e nem devem tentar se libertar da herança que lhes reservaram as gerações passadas – a não ser muito pontualmente. A estrutura institucional da sociedade – ele afirma peremptoriamente – é inerente, irrecusável e largamente criada sem intenção no processo histórico. O antropologismo negativo mostra aqui a sua face conservadora. (PRADO, 2009, p. 157, grifo nosso).

Tanto Hayek (2006) como os conservadores recomendam, portanto, a defesa da continuidade do existente, ainda que de distintas maneiras. Se para os últimos a religião é um valor fundamental, para Hayek e demais neoliberais, a religião é o Deus Mercado; e aos homens resta adaptar-se a essa realidade inescapável.

A cientista política Rayani Mariano dos Santos (2019), faz uma análise importante da aproximação entre neoliberalismo e conservadorismo em diversos momentos, mas cabe destacar aqui a seguinte passagem:

A defesa e/ou naturalização das desigualdades pelos conservadores é um dos elementos que os aproximam [conservadores] do neoliberalismo. Segundo Brown (2015), no neoliberalismo, os seres humanos são transformados em capitais humanos e isso traz diversas consequências, como a normalização das desigualdades. (SANTOS, 2019, p. 4).

A tese central de Wendy Brown, citada por Santos (2019), é a de que a “racionalidade neoliberal” preparou o terreno para mobilizar e legitimar forças de extrema-direita antidemocráticas atuais. Por “racionalidade”, Brown, juntamente com outros intérpretes do neoliberalismo, procura incorporar a existência de uma subjetividade/mentalidade/modo de vida neoliberal, que institui o sujeito neoliberal (DARDOT; LAVAL, 2016).

A contribuição de Santos (2019) a esse debate é fundamental, pois a autora, entendendo tanto conservadorismo como neoliberalismo como duas “racionalidades”, localiza no período histórico recente evidências dessa união no Brasil, em especial na área legislativa, desde 2016, culminando no “casamento” de Guedes com Bolsonaro em 2018. E, conforme também vimos sugerindo neste artigo, ela afirma:

Sendo Hayek considerado um dos principais intelectuais formadores do neoliberalismo, e Burke o fundador do conservadorismo moderno, o fato de Hayek (1983) ter afirmado que a posição que ele defende seria chamada mais adequadamente de whiguismo, do que de liberalismo, fornece pistas de que a aproximação entre o conservadorismo e o neoliberalismo pode não ser tão nova ou restrita a contextos específicos. (SANTOS, 2019, p. 12).

E, baseando-se em Brown, explica que

a “responsabilização” em um contexto de privatização de bens públicos penaliza as mulheres na medida em que elas continuam desproporcionalmente responsáveis por aqueles que não podem se responsabilizar por si mesmos. Nesse sentido, o familismo é um requisito essencial, mais do que uma característica incidental da privatização neoliberal dos bens e serviços públicos. (SANTOS, 2019, p. 15).

Considerações finais

A perspectiva do discurso conservador de naturalização das desigualdades na verdade encontra na prática neoliberal um meio de se materializar, e por conta disso talvez pudemos presenciar o Governo Bolsonaro enquanto defensor intransigente da “família”, dos “valores”, dos “bons costumes”, da política antidemocrática enquanto estratégia sistemática, ao mesmo tempo que o seu Ministro da Economia, Paulo Guedes, avançava sobre a contrarreforma da Previdência, sobre a subutilização/desvio de recursos públicos para compra de vacinas e combate à pandemia, tentava articular o auxílio emergencial em um valor irrisório de duzentos reais, ainda que os seiscentos reais aprovados não passe perto de lidar com os gastos mínimos.

Ou seja, todas essas decisões econômicas e políticas não se sustentariam sozinhas. O discurso do próprio Bolsonaro e seus asseclas, os quais ainda contam com considerável respaldo social, por outros ministros e apoiadores do governo, juntamente com o permanente estado de ameaça de golpe e aumento da criminalização dos movimentos sociais, foi estritamente necessário para se estabelecer algum tipo de consenso, seja através de declarações públicas polêmicas que de alguma forma provocavam debates nas mídias (em geral, desviando dos temas e apelando para pautas morais) ou pela propagação de notícias falsas entre suas redes de apoio. Não por acaso, o poder dessas informações falsas é tão forte, que o uso correto da máscara, o consumo de remédios sem eficiência comprovada, a não adesão à vacinação, o discurso de “inflação” do número de óbitos, ganharam força e tomaram de assalto uma boa parte da população brasileira, apesar da deterioração nítida das condições de vida sob alta inflação de alimentos, congelamentos salariais etc.

Em síntese, como vimos a partir da literatura existente, o programa refletiria o conservadorismo associado ao gerencialismo em uma política pública típica de uma era marcada pela simbiose neoliberal-conservadora. Entender com Carlos Nelson Coutinho o neoliberalismo a partir do conceito de inspiração gramsciana de “época”, baseada mais em elementos de “contrarreforma” do que de “revolução passiva”, auxilia a interpretar de maneira mais adequada a possibilidade sempre inscrita de retorno do conservadorismo (COUTINHO, 2012).

Embora tenhamos tomado exemplos basicamente do Brasil, essa mesma simbiose pode ser encontrada em outras políticas sociais em outros países da América Latina. A Bíblia nas mãos

de Janine Añez, quando do golpe contra Evo Morales em 2019, revertido posteriormente através de novas eleições; a “Mão dura” de Uribe/Duque contra os movimentos sociais na Colômbia, com uma política de beneficiamento daqueles que aderem ao sistema político; as vitórias eleitorais da extrema-direita, em especial de Javier Milei, nas últimas eleições distritais na Argentina (um “anarco-capitalista” conservador do ponto de vista dos costumes, tido como o novo nome da direita naquele país), em 2021; sendo o Chile um enorme campo de batalha onde este projeto está em xeque desde 2019, reforçado pela decisão da Constituinte e pela vitória de Gabriel Boric nas eleições de 2021, confrontando uma candidatura de caráter neofascista a qual tinha como proposta de política pública um benefício governamental apenas para casais há mais de 10 anos juntos.

Entretanto, apontamos a necessidade de uma incursão nas reversões neoliberal-conservadoras de políticas sociais em outros países de América Latina, de modo, inclusive, a mensurar o peso e a influência do bolsonarismo no poder no Brasil. Essencialmente, buscamos mostrar como a simbiose neoliberal-conservadora conforma-se mais do que nada em contraposição a inimigos em comum (movimentos sociais em geral) e pelo elogio do existente.

Referências

ABRAMIDES, M. B. C. 80 anos de Serviço Social no Brasil: organização política e direção social da profissão no processo de ruptura com o conservadorismo. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 127, p. 456-475, set./dez. 2016.

BEHRING, E. R. Política Social no contexto da crise capitalista. In: CFESS/ABEPSS. **Serviço social: Direitos Sociais e Competências Profissionais**. São Paulo: CFESS/ABEPSS, 2009.

BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, I. **Política Social: fundamentos e história**. São Paulo: Cortez, 2008.

BEHRING, E. R.; CISLAGHI, J. F.; SOUZA, G. **Ultraneoliberalismo e Bolsonarismo: impactos sobre o orçamento público e a política social**. In: BRAVO, M. I. S.; MATOS, M. C.; FREIRE, S. M. F. (Org.). **Políticas sociais e ultraneoliberalismo**. Uberlândia: Navegando Publicações, 2020.

COUTINHO, C. N. A época neoliberal: revolução passiva ou contra-reforma? Marília, **Novos Rumos**, n. 49, n. 1, p. 117-127, 2012,

DARDOT, P.; LAVAL, C. **A nova razão do mundo: ensaios sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DEMIER, F.; HOVELER, R. **A onda conservadora: ensaios sobre os atuais tempos sombrios no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad, 2016.

ESCORSIM NETTO, L. E. **O conservadorismo clássico: elementos de caracterização e crítica.** São Paulo: Cortez, 2011.

FONTES, V. **O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história.** Rio de Janeiro: EPSJV/UFRJ, 2010.

HAYEK, F. **Los fundamentos de la libertad.** 7. ed. Espanha: Unión Editorial, 2006.

HOEVELER, R. A reorganização da extrema-direita latino-americana no ascenso bolsonarista: fóruns e redes organizativas. In: FARIA, F. G.; BARBOSA, M. L. M. (org.). **Giros à direita: análises e perspectivas sobre o campo líbero-conservador.** Sobral-CE: SerTão Cult. 2020.

HOEVELER, R. Cronologia da campanha golpista e contrarreformista no Brasil (março/2015-agosto/2016). In: MELLO, L. E. de et al. (org.). **Estratégias autoritárias do Estado empregador: assédio e resistências.** Curitiba: Kaygangue, 2017.

IAMAMOTO, M.V. Serviço Social, “questão social” e trabalho em tempo de capital fetiche. In: RAICHELIS, R. et al. (org.). **A nova morfologia do trabalho no Serviço Social.** São Paulo: Cortez, 2018.

LIGUORI, G.; VOZA, P. **Dicionário Gramsciano.** São Paulo: Boitempo, 2017.

MOTA, A. E.; RODRIGUES, M. Legado do Congresso da Virada em tempos de conservadorismo reacionário. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 23, n. 2, p. 199-212, 2020.

MELO, D. O bolsonarismo como fascismo do século XXI. In: REBUÁ, E. et al.(org.). **Neofascismos e educação: reflexões críticas sobre o avanço conservador no Brasil.** p.13-46. Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2020.

NETTO, J. P. **Ditadura e serviço social: uma análise do serviço social no Brasil pós-64.** 8. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

NETTO, J. P. A Construção do projeto ético-político do serviço social. In: MOTA, A. E. (org.). **Serviço social e saúde: formação e trabalho profissional.** São Paulo: Cortez, 2006.

PEIXOTO, G. S. **A concepção de pobreza predominante nas agendas do Banco Mundial e do governo Lula da Silva no Brasil.** 2014. 198 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social e Desenvolvimento Regional) – Universidade Federal Fluminense, Escola de Serviço Social, Niterói, RJ, 2014.

POGGI, Tatiana. **Faces do Extremo. Uma análise do neofascismo nos Estados Unidos da América (1970-2010).** Curitiba: Edidora Prismas, 2015.

PRADO, E. (Neo)liberalismo: da ordem natural à ordem moral. **Outubro**, São Paulo, n.18, p. 150-175, 1º Sem. 2009.

SANTOS, R. M. **Pensando a família como um dos pontos de intersecção entre o neoliberalismo e o conservadorismo**. In: SIMPÓSIO PÓS-ESTRUTURALISMO E TEORIA SOCIAL, 3., UFPEL, Pelotas, 27-29 maio 2019. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/legadolaclau/files/2019/07/ARTIGO-Santos.pdf>. Acesso em: 30 mar. 2022.

SERVIÇO SOCIAL LIBERTÁRIO. **Serviço Social Libertário: Sobre**. Rio de Janeiro, 2016. Facebook: [servicosociallibertario](https://www.facebook.com/servicosociallibertario). Disponível em: <https://www.facebook.com/servicosociallibertario/about/>. Acesso em: 28 mar. 2022.

SILVEIRA, J. R. S. Contribuição para pesquisa do conservadorismo ultraliberal na redefinição de projetos profissionais: a nova direita vai ao Serviço Social. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL MARX E O MARXISMO, Niterói, 2019, p.1-28. **Anais [...]**. Disponível em: <https://www.niepmarx.blog.br/MManteriores/MM2019/Trabalhos%20aprovados/MC47/MC472.pdf>. Acesso em: 31 mar. 2022.

SILVEIRA, J. I. Assistência social em risco: conservadorismo e luta social por direitos. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 130, p. 487-506, set/dez 2017.

STANLEY, J. **Como funciona o fascismo: a política do “nós” e “eles”**. São Paulo: L&PM Editores, 2018.

SOUZA, J. M. A. Edmund Burke e a gênese do conservadorismo. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 126, p. 36-377, maio/ago. 2016.

TEIXEIRA, J. B.; BRAZ, M. O projeto ético-político do Serviço Social. In: Conselho Federal de Serviço Social (CFESS); Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS). **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília, CFESS; ABEPSS, 2009.

Submetido em: 20/4/2022

Revisto em: 21/6/2022

Aceito em: 14/6/2022